



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS - CDDF
Fórum Nacional de Combate à Corrupção - FNCC

NORMAS, ENUNCIADOS E PEÇAS MINISTERIAIS SOBRE A ATUAÇÃO NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Leis federais vigentes

Norma	Ementa
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	"Lei anticorrupção" - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	"LAI - Lei de Acesso à Informação" - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências
LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009	"LRF - Lei da Responsabilidade Fiscal" - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010	"Lei da Ficha Limpa" - Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	"Lei da empresa limpa" - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
DECRETO Nº 5.687, DE 31 DE JANEIRO DE 2006.	Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.	Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências

Projetos de lei federal em tramitação

Norma	Ementa
PL 4850/16	Dez medidas contra a corrupção Relator: Deputado Antonio Mendes Thame, do PV paulista

Normas do CNMP

Norma	Ementa
-------	--------

Enunciados

Enunciado	Ementa
-----------	--------

Peças ministeriais (Em construção)